

CIÊNCIA OCEANOGRÁFICA, ACADEMIA E O PROCESSO INDUSTRIAL: RIO GRANDE NA DÉCADA DE 1950

LUIZ HENRIQUE TORRES*

RESUMO

O artigo analisa o surgimento do ensino superior e da Sociedade de Estudos Oceanográficos, enquanto espaços acadêmicos e científicos para pensar a realidade e formar mão-de-obra qualificada, os quais estão intimamente associados ao processo histórico de mudança do processo industrial na cidade do Rio Grande na década de 1950.

PALAVRAS-CHAVE: Industrialização; Sociedade de Estudos Oceanográficos; ensino superior; cidade do Rio Grande; década de 1950.

ABSTRACT

This paper analyzes the emergence of higher education and the Society of Oceanographic Studies as academic and scientific spaces to think the reality and build capacities, which are closely related to the historical process of industrialization in the city of Rio Grande in the 1950's.

KEYWORDS: Industrialization; Society of Oceanographic Studies; higher education; city of Rio Grande; 1950's.

A década de 1950 em Rio Grande, os “anos dourados”, de um lado pode ser lembrada pela grande crise econômica na cidade. Por outro, foi uma década que trouxe uma série de inovações no cenário científico-intelectual que firmaria um novo paradigma econômico ligado à indústria pesqueira. Foi nesse período que surgiu o ensino superior que no final da década seguinte levaria à criação da Universidade do Rio Grande.

Inicialmente, vamos caracterizar a industrialização e a crise econômica que culmina nessa década, assim como a consolidação do setor pesqueiro, que chegou a ser o mais importante do Brasil. No segundo momento, avaliaremos o surgimento do ensino superior e dos

* Professor do ICHI-FURG; Doutor em História do Brasil–PUC–RS;

estudos oceanográficos, ações que buscaram a formação de lideranças locais para a superação da crise que caracterizou aqueles “anos dourados”.

O PROCESSO INDUSTRIAL

Primeiro de maio de 1950! Trabalhadores festejam o seu dia junto ao Parque Municipal. Durante a tarde, centenas de trabalhadores, alguns ligados ao Partido Comunista, caminham pela avenida Presidente Vargas para reabrir a sede de seu órgão de representação que fora criada em 1895, a União Operária, então fechada por determinação policial. A marcha de trabalhadores foi barrada pela polícia ao chegar nas proximidades da primeira grande indústria do Rio Grande do Sul, a têxtil Rheingantz/União Fabril. O confronto, inicialmente verbal, resultou em tiroteio e a morte de trabalhadores e ferimentos em policiais. A tecelã Angelina, da União Fabril, é baleada e morre abraçada à bandeira do Brasil no meio da rua. O clima continuou tenso até o ano de 1952, quando novos confrontos com a polícia provocam mais mortes e a invasão da prefeitura por manifestantes. A cidade é tomada por forças do Exército e sofre intervenção federal. Uma década tensa marca a história da “cidade das chaminés”, da “cidade vermelha”, da “cidade operária”. É uma história que remonta à década de 1870 com o surgimento da indústria têxtil e que culmina na crise industrial da década de 1950.

Rio Grande teve um papel relevante no surgimento e difusão da industrialização no Rio Grande do Sul – uma história que remonta ao período Imperial e chegou ao apogeu nas primeiras décadas do período republicano.

O início desse processo está relacionado à Rheingantz & Vater, a primeira fábrica de tecidos criada no Rio Grande do Sul e a pioneira na produção de tecidos de lã no Brasil. A firma, criada em 1873, contava com o capital de 90 contos de réis. A maioria do capital pertencia a Carlos Rheingantz, filho de Jacob Rheingantz, fundador e organizador da colonização alemã em São Lourenço do Sul. Em 1884, a sociedade se extinguiu e o sócio majoritário assumiu o ativo e o passivo. Formou-se nova sociedade, a Rheingantz e Cia., com o capital de 600 contos de réis e empregando 130 operários. Nas décadas seguintes o operariado empregado chegou a 1200 pessoas. A empresa voltou-se à inserção no mercado nacional. Nas décadas de 1880-90 instalam-se novas empresas de grande porte como a Ítalo-Brasileira (têxtil), Charutos Poock e Leal Santos (alimentícia). O ápice ocorre com o frigorífico Swift

(1918), com 2000 operários. Portanto, os trabalhadores destas e outras indústrias da cidade constituíam um considerável contingente¹.

Um aspecto importante para entender a lógica da cidade do Rio Grande e seu papel no desenvolvimento industrial brasileiro é o fato de no Rio Grande do Sul haver um grande parque industrial voltado não somente para o mercado regional, mas principalmente para o mercado nacional, o que inclui Rio de Janeiro e São Paulo, e também para outros países². Esse parque tinha localização estratégica junto ao porto marítimo do Rio Grande. A economia industrial brasileira, no período compreendido como industrialização dispersa³, desenvolveu empresas industriais e cidades de forma isolada, ou seja, voltadas para seus mercados consumidores específicos e sem uma integração nacional. Quando a integração nacional começa a se articular a partir de São Paulo, as demais cidades industriais periféricas, remanescentes do período fabril disperso, sofreram profundas perdas. Dados comparativos entre a indústria paulista e a indústria gaúcha, no período de 1907 a 1929, já demonstram essa tendência. Em 1907 São Paulo apresentava 15% da indústria brasileira; já em 1929, chegava a quase 40%. O Rio Grande do Sul, que detinha 13,5% da indústria nacional na primeira década do século XX, apresentou uma redução significativa até 1939, com 9,8%. Como Rio Grande correspondia ao segundo maior parque produtivo industrial do estado no período, isso demonstra uma queda de sua participação industrial.

Segundo Heloísa Reichel⁴, a indústria gaúcha na República Velha dependeu dos estímulos gerados pela expansão do setor primário-exportador, principalmente no que diz respeito a capital e mercado, bem como dos estímulos de ordem externa à economia nacional, mais especificamente dos relativos ao desenvolvimento do capitalismo monopolista. O processo industrial gaúcho se caracterizou por incrementar uma produção voltada para atender a expansão do mercado interno e que exigia pequeno volume de capital e possibilitava a importação de tecnologia secundária existente nos países mais industrializados. Com a instalação do regime republicano, os grupos com renda média e inferior das maiores cidades litorâneas do Brasil

¹ TORRES, Luiz Henrique. *Rio Grande, 1918: a gripe espanhola e o colapso do cotidiano*. Rio Grande: FURG, 2008.

² Ver: MARTINS, Solismar. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2006.

³ Ver: CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. São Paulo: Globo, 1985.

⁴ In: DACANAL, J.H. (Org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 255-275.

eram os principais consumidores dos produtos agrícolas e do charque gaúcho, fazendo com que o comércio externo do Estado buscasse com mais intensidade os mercados internos de consumo. Isso possibilitou ao Rio Grande do Sul um período de prosperidade econômica que se caracterizou pela obtenção de um superávit na balança de comércio, pela ampliação de suas áreas cultivadas e pela diversificação de sua agricultura.

No caso da cidade do Rio Grande, a característica da concentração industrial era a de apresentar grandes estabelecimentos, com índices de capital e mão-de-obra empregada acima das médias e pouca diversificação de ramos industriais (tecelagem, charutos, conservas alimentícias). Rio Grande procurava alcançar o mercado nacional através de poucos produtos, ao redor dos quais concentrava o poder competitivo das suas empresas. As indústrias de Porto Alegre procuravam penetrar no mercado da zona colonial, atendendo às múltiplas necessidades de consumo de sua população. As indústrias sediadas em Rio Grande tiveram problemas relativos a capital e matéria-prima, o que, por sua vez, lhes diminuía a capacidade de concorrência. A cidade do único porto marítimo do Estado pôde aproveitar melhor os capitais gerados pelo comércio exportador e os mercados conquistados, porém teve que adaptar a sua produção industrial às necessidades do mercado nacional, competindo com áreas industriais mais próximas dos maiores centros consumidores do Brasil e que se beneficiavam diretamente dos lucros auferidos pelas exportações do café. Necessitando importar algumas matérias-primas, como o algodão, as indústrias da cidade tinham contra si a distância que as afastava dos principais centros consumidores do Brasil, dificultando-lhes a concorrência em termos de preços. Os impostos interestaduais constituíam uma barreira protecionista.

Nos primórdios do período republicano, a indústria regional voltava-se à produção de bens de consumo não duráveis e havia grande deficiência de tecnologia e capital, bem como dificuldades para integrar o mercado de consumo, dada a deficiência do setor de transportes. Os ramos da indústria do Rio Grande do Sul tiveram condições de se desenvolver. No Brasil, a industrialização dependia da expansão das exportações, na medida em que eram elas que determinavam a existência de capital e mercado. A integração da economia nacional na divisão internacional do trabalho se processou através de exportação de um só produto, que concentrava a sua produção em uma região apenas, ocasionando o desenvolvimento desigual entre as diferentes regiões econômicas do Brasil. Ao final dos anos 1920, a posição periférica da economia gaúcha delimitou as suas condições estruturais de

desenvolvimento industrial: a definição de mercado voltado ao regional e a perda de espaço no contexto nacional. Consolidava-se nas décadas seguintes um persistente processo de crise que teria culminância na década de 1950.

A INDÚSTRIA PESQUEIRA

Nas últimas décadas do séc. XIX, aportaram regularmente à cidade de Rio Grande numerosos imigrantes portugueses, entre eles pescadores artesanais provenientes da região da Póvoa do Varzim. Em decorrência de sua vocação, fixaram-se na região e passaram a desempenhar a atividade pesqueira, que se desenvolveu graças à existência de grandes estoques de várias espécies de pescado que, periodicamente, invadiam a parte sul da Lagoa dos Patos ou se aproximavam da costa para completar seus ciclos reprodutivos, o que facilitava sua extração e proporcionava um excedente de produção. Os primeiros estabelecimentos comerciais praticavam apenas a salga do pescado, o que permitia sua oferta a baixo custo, principalmente para o mercado nordestino.

O estuário da Lagoa dos Patos, desde a segunda metade do século 19, serviu de expoente do potencial pesqueiro desta região. Até a década de 1940, a pesca na Lagoa dos Patos e no estuário dependeu de botes a remo e de canoas movidas a vela. A introdução de barcos a motor, redes de fibra sintética e meios modernos de estocagem e transporte permitiu aos pescadores artesanais a prática da pesca de arrasto, o que levou nas décadas seguintes à exaustão de estoques de peixes estuarinos como a miragaia, corvina e bagre⁵.

O marco inicial do parque industrial pesqueiro de Rio Grande é comumente relacionado ao estabelecimento da empresa Leal Santos, em 1889, que se dedicou à produção de pescado enlatado. Porém, os patamares de desembarque de pescado mantiveram-se relativamente baixos até a década de 1940.

O processo, já salientado, de forte crise no setor industrial têxtil, de alimentos e frigorífico estava chegando ao seu auge na década de 1950. A maior empresa, a Swift, fechou as suas portas nessa década e o nível de desemprego era alto na cidade. A indústria do petróleo, surgida com a Refinaria de Petróleo Ipiranga, inaugurada em 1937, viria a ser um novo referencial que se consolidou nos anos seguintes mas que, por si só, não tinha como fornecer emprego a um tão grande

⁵ SEELIGER, Ulrich. Introdução. In: SEELIGER, U.; ODEBRECHT, C. *O estuário da Lagoa dos Patos: um século de transformações*. Rio Grande: FURG, 2010, p. 13.

número de trabalhadores oriundos da falência de outras empresas, como as de Luiz Loréa, que faliram na década de 1950. Foi o setor pesqueiro que a partir dessa década e especialmente na década de 1960 absorveu significativa mão-de-obra operária. A geração de empregos manteve-se até a segunda metade da década de 1980, quando a indústria pesqueira também entra em falência. Na década de 1960, o setor pesqueiro apresentava 17 empresas atuando no beneficiamento e exportação de pescado, voltado para diferentes mercados do Brasil e do exterior. Significativo efetivo atuou nesse ramo industrial que chegou a empregar 20.000 trabalhadores.

Fator de destaque para a implementação da indústria pesqueira no município foi a criação da SUDEPE, em 1962, com incentivos fiscais previstos pelo Decreto-Lei nº 267, de 1967. Esses benefícios incluíam isenção de impostos e taxas federais sobre produtos importados, produtos industrializados, taxas aduaneiras na importação de máquinas e outros benefícios. O capital disponibilizado para o setor foi aproveitado pelo empresariado desse ramo, que consolida em Rio Grande um parque industrial pesqueiro de renome nacional. O município apresentava as condições necessárias para ampliação do parque produtivo, como matéria-prima abundante e mão-de-obra qualificada na captura e no processamento fabril⁶. Antigas salgas se transformam em novas plantas industriais, sendo a comercialização do pescado industrializado direcionada para outros estados brasileiros. No início dos anos 1980 o setor era constituído por 27 empresas.

A crise do setor pesqueiro está relacionada com a redução da área de captura, com a escassez do pescado devido à sobrepesca de algumas espécies e com a retirada o Estado como incentivador fiscal.

A SOCIEDADE DE ESTUDOS OCEANOGRÁFICOS E O ENSINO SUPERIOR

No dia 18 de setembro de 1951, na casa do Eng. Francisco Martins Bastos, diretor da Refinaria de Petróleo Ipiranga⁷, ocorreu uma reunião entre profissionais ligados ao setor público e privado, discutindo a criação de um Instituto Técnico Industrial, cuja finalidade era formar

⁶ MARTINS, op. cit., p. 168 e ss.

⁷ Empresa de petróleo estabelecida em Rio Grande em 1937 e responsável por importante absorção de mão-de-obra. Até os anos 1990 foi muito atuante no cenário econômico, político, cultural e de preservação do patrimônio histórico da cidade do Rio Grande. A elevação do preço do petróleo no mercado internacional desencadeou uma grande crise na empresa. Atualmente, sob nova administração, a razão social passou a ser Refinaria Rio-Grandense.

engenheiros. Nessa reunião foi formada uma comissão composta pelos engenheiros Cícero Marques Vassão, Fernando Abott Torres e Thomas Paes da Cunha. A imprensa local recebeu com entusiasmo esta possibilidade:

Tempos antigos, hei procurado pelas páginas da imprensa, a concretização desse ideal que me tem animado: - a instalação de uma faculdade em Rio Grande -, a fim de que o rio-grandino não precise mais afastar-se de sua terra para colher os frutos do ensino superior. [...] Outrossim, vi com imensa satisfação que foi recentemente encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado um ofício encarecendo a necessidade de ser instalada nesta cidade uma faculdade de Engenharia; documento.⁸

Graças à alta compreensão de um grupo de engenheiros civis, radicados em nossa terra e em cooperação com a nossa gente, o Rio Grande dentro de breve terá a sua primeira faculdade e, por sinal, numa modalidade condizente com a sua situação, que é industrial por excelência.⁹

Foi encaminhado um memorial ao prof. Eliseu Paglioli, reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, buscando o apoio para a criação do primeiro curso superior na cidade. Foi criada uma instituição de caráter técnico-científico, de direito privado, chamada Fundação Cidade do Rio Grande, em 8 de julho de 1953, sob presidência do Eng. Bastos. Seu objetivo prioritário era promover a criação de uma Escola de Engenharia Industrial para prover a especialização e aperfeiçoamento técnico de pessoal para empreendimentos públicos e privados. Tinha também o objetivo de criar, oportunamente, outras escolas de ensino técnico e ensino superior, cuja necessidade mais fortemente se faça sentir, ante o adiantamento e o progresso da cidade do Rio Grande¹⁰. A Fundação também previa promover estudos e pesquisas, nos domínios das atividades públicas e privadas, visando o desenvolvimento industrial.

O apoio dado pelo reitor Eliseu Paglioli nas tratativas junto ao Ministério da Educação e a contribuição da Faculdade de Engenharia da URGs foram decisivos para a formalização da proposta. O Decreto n.º 37.378, de 24 de maio de 1955, autorizou o funcionamento da Escola de Engenharia Industrial da Fundação Cidade do Rio Grande, segunda escola de Engenharia do Rio Grande do Sul¹¹. A aula inaugural ocorreu

⁸ As faculdades de Rio Grande. *Jornal Rio Grande*, 4 nov. 1952, p. 1.

⁹ Prestigiaremos com todo nosso civismo a criação de Engenharia de Rio Grande. *O Tempo*, 18 nov. 1952, p. 1.

¹⁰ Fundação Cidade do Rio Grande. Estatutos. Acervo: Núcleo de Memória da FURG.

¹¹ ALMEIDA, Cleuza Ivety Ribes. *Engenharias e Ciências Exatas*. In: ALVES, Francisco (Org.). *FURG: 35 anos a serviço da comunidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2004, p. 20.

em 5 de março de 1956, no prédio da Biblioteca Rio-Grandense, onde o curso funcionou até julho de 1960, sendo depois transferida a Escola para a atual rua Eng. Alfredo Huch. A formatura da primeira turma de engenheiros ocorreu em dezembro de 1960. Para o jornal *O Tempo*, graças a um grupo de cidadãos rio-grandinos,

côncios dos seus deveres de bem servir à terra onde vivem e à grande pátria brasileira, será instalada amanhã nesta cidade, tendo como sede a Biblioteca Pública, a Escola de Engenharia de Rio Grande; desta forma, não só está de parabéns a mocidade estudiosa como também a nossa cidade, pois, sem dúvida, tal evento constitui um passo agigantado no setor do ensino superior.¹²

O ensino superior diversifica-se: em 26 de agosto de 1958 é instalada a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Em 8 de fevereiro de 1959 é autorizado o funcionamento da Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua, ligada à Universidade Católica de Pelotas. Segue-se a autorização, em 19 de janeiro de 1961 para funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, com os cursos de Filosofia e Pedagogia, mantidos pela Mitra Diocesana de Pelotas. Em 2 de maio de 1961, a Escola de Engenharia Industrial é federalizada.

Vivia-se um período de ufanismo, de crença no conhecimento científico e no desenvolvimento tecnológico industrial. A cidade teve forte presença no cenário da revolução industrial no Rio Grande do Sul, buscando nos anos 1950 superar a crise do esgotamento do modelo industrial dominante. Acreditava-se que o conhecimento através do Ensino Superior tinha um caráter prático e até pragmático.

Aqui, a gênese do ensino superior viria a ser uma escola dedicada à formação de engenheiros, logo sucedida por outras duas instituições concebidas para proporcionar aos jovens a formação profissional adequada a sua rápida absorção pelo sistema econômico-produtivo local. Sonhava-se com um futuro promissor para o Rio Grande, contexto em que se acreditava que a realização desse sonho se daria mais rapidamente se a juventude local fosse preparada profissionalmente em cursos de nível superior focados na aquisição de competência técnica que os habilitasse a dar conta das complexas tarefas que o desenvolvimento econômico em curso ou almejado estava a exigir – evitando-se que os jovens buscassem sua formação superior em outros

¹² Inaugura-se amanhã a Escola de Engenharia de Rio Grande. *O Tempo*. Rio Grande, 4 mar. 1956, p. 2.

centros, o que representava o risco de que não retornassem ao Rio Grande.¹³

Como podemos observar, na década de 1950, importantes inovações ocorreram no campo intelectual na cidade do Rio Grande. O anúncio do jornal *Rio Grande*, em dezembro de 1952, sobre as tratativas para instalação¹⁴ da Escola de Engenharia, prenunciava grandes transformações.

Nesse período também surgem os estudos científicos de oceanografia na cidade, os primórdios da ciência oceanográfica que hoje apresenta grande destaque junto à Universidade Federal do Rio Grande.

A ideia de criação da Sociedade de Estudos Oceanográficos do Rio Grande (SEORG) está vinculada a Eliezer Carvalho Rios e Boaventura Barcellos. Conforme a *Revista do Globo*, também participavam o engenheiro Nicolas Vilhar, “que fazia coletas de peixes, e do Eng. Cícero Vassão, que estudava a constituição física da água, em sua salinidade, temperatura, turbidez, etc.”¹⁵ Em certo dia do ano de 1952, reunidos para um café, conversavam sobre a criação de uma sociedade de estudos oceanográficos, o que se tornou realidade com a Sociedade de Estudos Oceanográficos do Rio Grande (SEORG), fundada em 20 de março de 1953. O primeiro presidente da Sociedade foi Geraldo Leite Serrano e o vice-presidente Cícero Vassão.

Inicialmente, a SEORG buscou um prédio para estabelecer o Museu Oceanográfico, onde seriam realizadas as pesquisas de laboratório e exposição do acervo para os visitantes. O prédio do início do século 20, localizado na Praça Tamandaré, foi cedido pela Prefeitura Municipal, através da Lei nº535, de 05/06/1953, pelo prazo de dez anos. Ali funcionou de 1953 a 1972. Em maio de 1954, o artigo 1º dessa Lei foi alterado, sendo o prédio cedido “gratuitamente, à Sociedade de Estudos Oceanográficos de Rio Grande enquanto a mesma existir”.¹⁶

Os principais fatores que levaram ao surgimento da SEORG na década de 1950 foram: o interesse de seus fundadores pelos estudos oceanográficos – alguns deles já desenvolviam trabalhos nessa área, ligados à indústria pesqueira; a influência do meio ambiente a partir das possibilidades oferecidas pela localização geográfica e recursos naturais

¹³ NUNES, Cláudio Omar Iahnke. Ciências Sociais Aplicadas. In: ALVES, Francisco (Org.) *FURG 35 anos a serviço da comunidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2004, p. 47.

¹⁴ *Rio Grande*, 11 dez. 1952, p. 1.

¹⁵ *Revista do Globo*, 8 set. 1956, p. 69.

¹⁶ Trecho do Artigo 1º da Lei n.535, de 05 de junho de 1953, após alteração de 06 de maio de 1954. *Rio Grande*, 10 maio 1954, p. 1.

da região, e a identificação do setor pesqueiro industrial com a pesquisa oceanográfica como forma de possibilitar maior incremento de suas atividades.¹⁷

Os pesquisadores da área oceanográfica desse período estavam ligados à indústria pesqueira, que prestava apoio material e, por vezes, financeiro. Conforme Eliezer Rios, também buscavam contato com instituições dessa área, como é o caso do Serviço Oceanográfico e de Pesca de Montevideú.¹⁸

Em setembro de 1953 foi inaugurado o Museu Oceanográfico. A SEORG estava constituída pelos seguintes membros que, a par de suas atividades profissionais, também se dedicavam à nova Sociedade: engenheiro Cícero Vassão (presidência e Departamento de Oceanografia Física); advogado Leonel Romeu Neto (secretaria); Ciro Luz (tesouraria); Eliézer Rios e Boaventura Barcellos (Departamento de Oceanografia Biológica). Para presenciar a inauguração do Museu, viria do Uruguai o hidrobiólogo Juan Soriano Señoras, professor da Faculdade de Ciências de Montevideú e “entusiasta dos estudos oceanográficos”, sendo um dos orientadores técnicos da Sociedade. Isso demonstra, mais uma vez, os intercâmbios entre pesquisadores rio-grandinos e uruguaios nesse período. Em comemoração à inauguração do Museu, realizou-se naquele mês de setembro de 1953 a primeira Semana Oceanográfica, composta por um ciclo de palestras que buscavam levar à sociedade local os problemas ligados ao mar e à pesca: *A pesca em Rio Grande e no Brasil, A oceanografia e os problemas de investigação, A pesquisa limnológica na zona sul do Estado do Rio Grande do Sul*, entre outros temas. Além de contar com a presença de Fernando de Buen, representante da FAO e colaborador da SEORG, a Semana Oceanográfica propiciou um convênio com o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC). Através desse convênio a SEORG realizaria pesquisas oceanográficas no litoral rio-grandense, e em contrapartida esse órgão forneceria material e embarcação essas atividades. Interessava ao DEPRC a investigação

¹⁷ ALTMAYER, Flavia de Lima. A criação da Sociedade de Estudos Oceanográficos (SEORG). Rio Grande, s.d., datilografado, p. 2.

¹⁸ Em matérias do jornal *Rio Grande* em julho de 1952, Eliezer Rios relata sua participação no Congresso Brasileiro de Química, onde apresentou as pesquisas “Composição química das algas utilizadas como adubo em Rio Grande” e “Estudo analítico dos óvulos do bagre”, – para este, obteve a colaboração do Serviço Oceanográfico e de Pesca de Montevideú. Também fez uso de um “fotocolorímetro gentilmente cedido pela Indústria Brasileira de Peixe, desta cidade”. RIOS, Eliézer Carvalho. Impressões sobre o X Congresso Brasileiro de Química: IV - As Colaborações do Autor. *Rio Grande*, 29 jul. 1952, p. 1.

dos problemas científicos ligados à industrialização do pescado, de modo a propiciar o aumento da produção rio-grandina nesse setor¹⁹.

O interesse dos governos estadual e federal estava voltado ao crescimento do setor pesqueiro. Dando impulso a essas ações, em setembro de 1953 foi inaugurado pelo presidente Getúlio Vargas o Entrepasto de Pesca de Rio Grande, cuja construção iniciara em 1939. Ali foi instalado o Laboratório de Bromatologia e Tecnologia do Pescado, onde foram realizados estudos voltados à melhoria na industrialização do pescado no Rio Grande do Sul através de análises químicas e pesquisas dos produtos e subprodutos da pesca na cidade do Rio Grande. No ano de 1955, Eliézer Rios publicou o artigo “Composição química do pescado de valor comercial do Rio Grande do Sul”, trabalho que desenvolveu como químico do Laboratório de Tecnologia²⁰ do Entrepasto de Pesca, numa estreita ligação em que, nesse período, a pesca propiciaria o avanço das pesquisas.

O ano de 1953 é um marco para os estudos oceanográficos, com a criação da SEORG, inauguração do Museu Oceanográfico e organização da Semana Oceanográfica. Também nesse ano a SEORG é reconhecida pela Lei nº 613 como de utilidade pública municipal.²¹

Em novembro de 1954, novamente se realiza a Semana Oceanográfica, com a participação da pesquisadora Elvira Siccardi, do Museu Argentino de Ciências Naturais Bernardino Rivadavia. Diz o editorial do jornal *Rio Grande* do dia 22 de novembro: “A Semana Oceanográfica servirá para discutir problemas e demonstrar o fruto de pesquisas realizadas, agora, em nosso meio. Novos horizontes surgirão, enriquecendo-se os conhecimentos humanos sobre esta região onde a pesca pode constituir a maior fonte de riqueza”. O programa do evento estava assim constituído: C. M. Vassão: “Investigação sobre a salinidade dos canais de Rio Grande”; E. C. Rios: “O emprego das algas marinhas como fertilizante”; J. G. Llopart: “Os métodos de pesca utilizados na zona sul do Estado”; B. N. Barcellos: “Os peixes planos do Rio Grande do Sul”; A. Oliveira: “Moluscos comestíveis da costa rio-grandense”; E. M. Siccardi: “Algunos problemas que plantea el estudio de tiburones del Atlántico”; E. M. Siccardi: “Introducción al estudio de la zoogeografía”²².

¹⁹ *Rio Grande*, 18 set. 1953, p. 1.

²⁰ *Rio Grande*, 26 fev. 1955, p. 8.

²¹ “Atos dessa natureza granjeiam a simpatia da nossa população para os seus autores, porquanto trazem, como resultado, facilidades maiores para o êxito de empreendimentos cuja única finalidade é o aprimoramento cultural, como base para aplicações práticas que determinarão o desenvolvimento do município”. *Rio Grande*, 23 out. 1953, p. 8.

²² *Rio Grande*, 18 nov. 1954, p. 8.

O intercâmbio com outras instituições era uma bandeira de luta para a SEORG. A Prof.^a Sicardi ressaltou esta busca de aproximação: “oportunismo de uma colaboração intensa entre a Soc. de Estudos Oceanográficos de Rio grande e a Asociación Lymnológica y Oceanográfica Argentina (ALOA), desde que os problemas são comuns aos dois países”²³. Em 1958, Eliezer Rios ressaltava que a lista de colaboradores da SEORG já passava de cinquenta, entre os quais “Prof. H. Souza Lopes, do Instituto Oswaldo Cruz, e Prof. P. Sá Cardoso, os maiores estudiosos de moluscos no Brasil; Sr. Eliseo Duarte, de Montevideú; Dr. T. McGinty, da Philadelphia Academy of Sciences e Mr. Crawford Cate, dos E. Unidos; Dr. L. Peigné, do Museu Oceanográfico de Mônaco, e Dr. E. Tortonese, do Museu de Gênova”. Continuando a lista são citadas pessoas e/ou instituições do Japão, Filipinas, Havaí, França, Nova Zelândia, Austrália, Ilhas Guam e Ilhas Cook²⁴. Em 1960, a lista de intercâmbios também inclui o Instituto Oceanográfico de São Paulo, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Museu Goeldi, Estação Biológica da Marinha da Universidade do Chile e Instituto da África Negra, de Dacar²⁵.

Apesar da projeção nacional e internacional, a falta de recursos dificultava as atividades da Sociedade. Conforme Flavia de Lima Altmeyer, apesar dos auxílios da indústria local e das verbas, ou promessas de verbas, dos governos federal e estadual, a SEORG era uma sociedade particular, mantida pelos sócios mediante o pagamento de mensalidade e, posteriormente, também pela cobrança de uma pequena taxa aos visitantes do museu. Até o início dos anos 60, a Sociedade não recebia nenhuma subvenção fixa. Quando o Museu esteve ameaçado de fechar pela segunda vez, em 1961, Eliézer Rios declarou que o motivo era a absoluta falta de recursos, pois, apesar das promessas de verbas, estas não chegavam a ser efetuadas²⁶. Foi obtido um auxílio junto à Fundação Cidade do Rio Grande, instituição que em 1969 passaria a administrar a SEORG²⁷.

²³ *Rio Grande*, 02 dez. 1954, p. 8.

²⁴ RIOS, Eliézer Carvalhos. Coleção de Moluscos do Museu Oceanográfico de Rio Grande é considerada a segunda do Brasil. *Rio Grande*, 13 ago. 1958, p. 8.

²⁵ Mostrando os Tesouros do Mar. *Visão*, 16 dez. 1960, p. 64.

²⁶ ALTMAYER, s.d., p. 8.

²⁷ A SEORG a partir de 21 de novembro de 1969 passa a ser administrada pela Fundação Cidade do Rio Grande, instituição que coordena o levantamento de aporte financeiro para a construção das novas instalações do Museu, com 770 metros quadrados, cujos recursos foram obtidos, em sua maioria, junto a empresas de captura e beneficiamento de pescado. O novo museu foi inaugurado em 15 de novembro de 1973. BARCELLOS, Lauro. *Museu Oceanográfico Prof. Eliézer Rios: histórico de um Museu voltado para o mar*. Rio Grande: FURG, 1998, 20 p.

Na década de 1950 a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) promoveu campanha mundial para o incentivo do consumo de pescado através do desenvolvimento da pesca. Em Rio Grande, foram desenvolvidos dois projetos: o Plano Beaty, de pesquisas tecnológicas pesqueiras, com o objetivo de conseguir espécies marinhas mais aperfeiçoadas qualitativamente, com a participação de Eliézer Rios, e o Plano Ripley, voltado ao desenvolvimento de pesquisas biológicas a fim de aumentar a produção de pesqueira²⁸, no qual atuou Boaventura Barcellos. Os dados levantados nas pesquisas permitiriam a elaboração de uma “Carta da Pesca”, a qual veio a público em julho de 1961. Segundo Boaventura Barcellos, seria prévia, pois somente com vários anos de seu lançamento é que “serão conhecidos os movimentos anuais dos cardumes, etc.”, e indicaria “onde, quando e quanto” poderia ser retirado dos estoques²⁹. O documento expressa a preocupação com a racionalização da exploração dos estoques para que não “se venha comprometer as safras futuras”. Porém, a atividade pesqueira predatória foi intensa nas décadas de 1950 e 1960. Conforme Flavia Altmayer, independente das intenções e dos objetivos da SEORG, o setor econômico pesqueiro, o governo e as elites intelectuais locais apropriaram-se da idéia de pesquisa e provavelmente dos resultados da pesquisa, como forma de estimular e/ou justificar a exploração dos recursos naturais da região, a partir de uma ótica progressista e desenvolvimentista³⁰.

A atuação da ONU através da FAO e o crescimento da indústria pesqueira local são variáveis fundamentais para explicar a conjuntura de criação e consolidação da SEORG. A estrutura e a prática já utilizadas para a pesquisa oceanográfica desde os anos cinquenta, certamente contribuíram para a instalação de um curso superior de Oceanologia em Rio Grande no início dos anos 1970. E, graças à atuação incisiva da FURG no campo dos estudos oceanográficos, no ano de 1975 o Museu Oceanográfico foi doado para a Universidade, num processo coordenado pelo então reitor Eurípedes Falcão Vieira e pelo representante da Fundação Cidade do Rio Grande, Henrique José Vieira da Fonseca. A pesquisa oceanográfica realizada no Museu priorizou as áreas de malacologia, mamíferos marinhos e museologia. A coleção malacológica organizada pelo Prof. Eliézer de Carvalho Rios e sua equipe constitui-se na mais completa coleção de moluscos

²⁸ *Visão*, 8 set. 1956, p. 69.

²⁹ *Rio Grande*, 1 jul. 1960, p.1.

³⁰ ALTMAYER, s.d., p. 14.

marinhos da América do Sul, utilizada para inúmeros estudos científicos por cientistas, estudantes e interessados na ecologia e sistemática desse grande grupo de invertebrados³¹. Do Museu Oceanográfico originou-se o complexo de museus da FURG: em 7 de janeiro de 1997, foi inaugurado o Museu Antártico; em 22 de abril de 1999 o Eco-Museu da Ilha da Pólvora, e em 9 de abril de 2003, o Museu Náutico.

Alicerçada nas indústrias do petróleo e pesqueira, a cidade buscou, na década de 1950, alternativas de sustentação de um processo industrial desencadeado na década de 1870 a partir do ramo têxtil e alimentício, e que se encontrava em decadência/falência nesses “anos dourados”. Para entender o surgimento da Sociedade de Estudos Oceanográficos e do Ensino Superior em Rio Grande, não podemos dissociar estes eventos da estrutura histórica de crise e superação do modelo industrial até então vigente.

³¹ BARCELLOS, 1998, p. 14.

NORMAS EDITORIAIS PARA OS COLABORADORES

Os artigos encaminhados para publicação deverão observar as seguintes especificações técnicas:

1. O artigo deverá ser inédito e possuir o máximo de 15 (quinze) laudas, incluindo apresentação do autor e sua qualificação logo abaixo do título, resumo e palavras-chave (em português e em inglês ou francês), apresentadas abaixo do resumo. As referências devem ser apresentadas no formato (AUTOR, data: página), e podem ser incluídas no texto notas explicativas e bibliografia ao final, de acordo com as regras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Ex: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

2. O artigo deverá ser enviado em arquivo eletrônico em uma via digitada em formato A4 (210 x 297mm), fonte Times New Roman, corpo 12 e espaçamento interlinear 1,5; em arquivo compatível com Microsoft Word 7.0, [endereço ao e-mail: revista.historiae@furg.br](mailto:revista.historiae@furg.br).

3. Os artigos deverão vir acompanhados, em anexo, de versão resumida do Currículo Lattes dos seus autores, com cerca de um parágrafo.

4. Os autores deverão informar seu endereço eletrônico e, se desejar, seu telefone para contato. Também deverão informar o endereço para envio de exemplar da revista, em caso de inclusão de trabalho.

5. Os artigos deverão ser enviados somente para o e-mail indicado.

6. Todos os artigos entregues dentro do prazo, com as especificações constantes nos itens 1, 2, 3, 4 e 5, serão encaminhados ao Corpo Editorial, que procederá à seleção, a qual abrangerá, dentre outros itens, a adequação do volume de artigos ao projeto técnico da revista. O Comitê Editorial Assessor colaborará no processo de apreciação de trabalhos.

7. As decisões do Corpo Editorial concernentes ao disposto no item anterior serão irrecorríveis.

8. Cada autor poderá incluir no máximo um artigo em cada uma das edições da Revista *Historiæ*.

9. Além de artigos, a *Historiæ* receberá também resenhas, que deverão seguir as mesmas determinações dos itens 1, 2, 3, 4 e 5, porém observado o limite de 8 laudas.

10. Os trabalhos que não atenderem a qualquer dos itens aqui estabelecidos não serão apreciados pelo Conselho Editorial.

11. A revista *Historiæ* será impressa e distribuída pela Editora da FURG e o seu intercâmbio será promovido pelo Núcleo de Informação e Documentação da FURG.

12. Os direitos autorais dos trabalhos publicados na revista *Historiæ* caberão à Editora da FURG.

13. Cada autor de artigo publicado na revista *Historiæ* receberá um exemplar da publicação.

14. A revista *Historiæ* também apresentará uma versão eletrônica, com conteúdo idêntico à versão impressa.

15. A entrega dos artigos será em fluxo contínuo e a inserção dos mesmos ficará a critério do Corpo Editorial.

16. Qualquer dúvida ou caso omissos referente à elaboração da revista *Historiæ* será dirimida pelo Corpo Editorial.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG

Rua Luis Lorea, 261

www.vetorialnet.com.br/~editfurg/

editfurg@mikrus.com.br